



Questão Social e Serviço Social: uma análise das produções dos periódicos da área

Social Issues and Social Work: an analysis of the productions of the area's periodic

THAÍSA TEIXEIRA CLOSS*



RESUMO – O artigo apresenta estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social com base na teoria social marxista, situando a questão social como dimensão constitutiva dos Fundamentos. Ancora-se em pesquisa quanti-qualitativa que analisou as produções publicadas em 11 periódicos da área nas últimas duas décadas (1993 a 2013), conformando um banco de dados composto por 324 artigos que possuem descritores relacionados aos Fundamentos do Serviço Social. O material ora apresentado, estruturado a partir de recorte desse banco de dados, sistematiza análise da produção sobre questão social e Serviço Social publicada nos periódicos. Discute as principais teses da área sobre o tema e problematiza a centralidade da questão social na formação graduada e no trabalho do assistente social numa perspectiva crítico-dialética.

Palavras-chave – Fundamentos do Serviço Social. Questão Social. Trabalho Profissional. Formação Profissional.

ABSTRACT – The article presents study on the Fundamentals of Social Work based on Marxist social theory, placing the social issue as constitutive dimension of the Foundations. It anchors in quanti-qualitative research that analyzed the productions published in 11 journals in the area in the last two decades (1993 to 2013), forming a database composed of 324 articles that have descriptors related to the Foundations of Social Work. The material presented here, structured from a cropping of this database, systematize analysis of the literature on social issue and Social Work issue published in journals. Discusses the main theses of the area on the subject and discusses the centrality of the social issue in graduate training and in the work of the social worker in a critical-dialectical perspective.

Keywords – Foundations of Social Work. Social Issue. Professional Work. Vocational Training.

* Assistente social. Mestre e doutora em Serviço Social, docente na Faculdade de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre - RS/Brasil. CV: <http://lattes.cnpq.br/5031174509881639>.
E-mail: thaisa.closs@pucrs.br.

Submetido em: setembro/2015. Aprovado em: novembro/2015.

O debate em torno da questão social consiste num dos elementos teórico-metodológicos centrais da análise crítica da inserção do Serviço Social na realidade contemporânea e necessita ser apreendido no contexto do processo de ruptura do Serviço Social com o pensamento conservador e da interlocução desta área com a teoria social marxista. A abordagem da questão social pela área de Serviço Social data da década de 1980, merecendo destaque a contribuição pioneira de Yamamoto e Carvalho (2012). A partir dos anos 1990 se torna amplamente difundida a tese na qual a questão social é tratada como elemento constitutivo da relação entre Serviço Social e realidade, sendo a mesma base de fundação sócio-histórica da profissão, bem como matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais em suas múltiplas expressões (IAMAMOTO, 2005; 2008). Essa tese se expressa largamente na produção da área, bem como é orientadora das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) para a formação profissional de assistentes sociais.

Apesar da difusão dessa tese, ainda é possível identificar no meio profissional a menção à questão social de forma difusa, sem o devido aprofundamento teórico-crítico. São exemplos, como se discutirá ao longo do artigo, a carência de sua abordagem na estruturação dos currículos e como elemento articulador dos conteúdos, a identificação mimética do objeto de trabalho profissional com o escopo de atuação das instituições empregadoras, a subsunção do objeto profissional aos objetivos das políticas sociais.

Nesse horizonte, é fundamental dar maior visibilidade e densidade à questão social como uma dimensão dos Fundamentos do Serviço Social, os quais consistem numa matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re)construída processualmente em sua trajetória histórica na realidade brasileira, a qual se desdobra em formulações teórico-metodológicas e ético-políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa da profissão. Sob essa perspectiva, os Fundamentos do Serviço Social se assentam na conjugação de método/teoria marxistas e valores de cunho emancipatório e na análise histórico-crítica da profissão, conformando o núcleo central da matriz explicativa hegemônica na atualidade do Serviço Social brasileiro (CLOSS, 2015).

Esse núcleo dos Fundamentos se expressa no conjunto da produção profissional através da (CLOSS, 2015): adoção da teoria social marxista no plano da formação e do exercício profissional, com repercussões na produção acadêmica; abordagem da questão social como base de fundação sócio-histórica da profissão e matéria de trabalho profissional, em suas múltiplas expressões; abordagem teórica do trabalho e processos de trabalho, ou seja, a baliza da categoria trabalho na análise da realidade e da profissão, como uma especialização que se realiza mediante o assalariamento e a inserção em processos de trabalho; conformação de um projeto profissional sustentado em valores de cunho emancipatório, condensando uma direção social contra-hegemônica à sociabilidade burguesa; análise da história da profissão, situada no movimento da realidade brasileira, em suas múltiplas determinações, elucidando o significado social da profissão e a conformação das matrizes teórico-metodológicas formuladas em sua trajetória.

Com base nessa premissa analítica, realizou-se pesquisa quanti-qualitativa (CLOSS, 2015), que teve como universo de documentos os artigos das principais revistas¹ brasileiras da área de Serviço Social, publicados entre 1993 e 2013, tendo como produto a construção de um banco de dados a partir da análise de 226 volumes dos periódicos de 11 revistas, totalizando 2031 artigos revisados, dentre os quais 324 possuem descritores² relacionados aos Fundamentos do Serviço Social, representando 15,91% da produção analisada. No que tange à produção sobre questão social articulada à profissão, o material analisado, a partir de amostra do banco de dados³, engloba 12 documentos. A análise dessas publicações evidencia cinco dimensões empíricas das produções sobre a questão social e Serviço Social, as quais encontram-se sistematizadas no quadro a seguir:

Caracterização da produção sobre Questão Social e Serviço Social nos periódicos Serviço Social & Sociedade, Temporalis e Textos & Contextos (Porto Alegre)

DIMENSÕES EMPÍRICAS DA PRODUÇÃO	AUTORES (ANO)
Principais abordagens conceituais da questão social (5 documentos)	Iamamoto (2001); Netto (2001); Pereira (2001, 2003); Yazbek (2001).
Questão social e análises sócio-históricas (3 documentos)	Netto (2009); Rotta (2005); Santos (2012).
Questão social e trabalho profissional (1 documento)	Ferreira (2010)
Questão social e formação profissional (1 documento)	Tavares (2007b)
Revisão de produções da área sobre a questão social (2 documentos)	Heidrich (2006); Tavares (2007a).

Fonte: Pesquisa documental (CLOSS, 2015).

Assim, o presente artigo visa apresentar a análise documental dessas produções que tratam a questão social em conjugação com o Serviço Social. Tendo em vista a extensão do material analisado, cujo debate mais amplo encontra-se sistematizado em Closs (2015), o presente artigo privilegia inicialmente o debate conceitual da questão social a partir da teoria social marxista, dando visibilidade às principais teses da área sobre o tema para posteriormente discutir a relação entre questão social e Serviço Social, priorizando a sua abordagem no plano da formação profissional, nos marcos das diretrizes curriculares da ABEPSS, para depois problematizá-la no plano do trabalho profissional dos assistentes sociais. Por fim, são apresentadas considerações finais que sistematizam os principais achados da pesquisa e tecem proposições para o adensamento da questão social como uma dimensão constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social numa perspectiva crítico-dialética.

O debate conceitual da questão social a partir da teoria social marxista

Apesar das medidas administrativas, o pauperismo foi configurando-se como uma instituição nacional e chegou por isso, inevitavelmente, a ser objeto de uma administração ramificada e bastante extensa, uma administração, no entanto, que não tem mais a tarefa de eliminá-lo, mas, ao contrário, de discipliná-lo. Essa administração renunciou a estancar a fonte do pauperismo através de meios positivos; ela se contenta em abrir-lhe, com ternura policial, um buraco toda vez que ele transborda para a superfície do país oficial (MARX, 2015, p. 7).

O debate conceitual da questão social nas produções analisadas evidencia a resignificação desta expressão no âmbito da teoria social marxista, a qual, embora seja estranha ao pensamento marxiano⁴, traduz processos sociais que se encontram no centro da análise deste pensador sobre a sociedade burguesa (IAMAMOTO, 2001). Apesar das ressalvas teóricas ao uso da expressão, tendo em vista a origem e a abordagem conservadora do termo, assume-se a perspectiva de que a mesma, dada a relevância que assume no debate da área, pode ser considerada como uma dimensão teórica constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social devido ao seu potencial heurístico na conformação da matriz explicativa da realidade construída no bojo da renovação profissional, desde os anos 1970. Dado esse pressuposto, passa-se à conceituação de Iamamoto (2001) como ponto inicial do debate:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. (...) Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Ressalta-se, portanto, que a análise da autora enfatiza a questão social como “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” que, condensando múltiplas desigualdades, revela “o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p.10). Tais relações são discutidas a partir dos fundamentos da economia política marxiana, cujos elementos centrais destacados são a teoria do valor trabalho, a lei geral de acumulação capitalista e a (re)produção das relações sociais, como fios analíticos centrais que elucidam a natureza da questão social.

A centralidade do trabalho de seus sentidos contraditórios na compreensão da sociabilidade burguesa é, portanto, transversal a estes fios analíticos, os quais na análise marxiana tem como ponto de partida o próprio fetichismo⁵ da mercadoria, pois “a riqueza das sociedades nas quais reina o modo de produção capitalista”, diz ele, “aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 113). Sem a crítica desse fetichismo não é possível apreender,

(...) o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, por que são e enquanto são trabalho humano geral. E mais, essa descoberta só é possível numa sociedade em que a mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante (MARX, 1989, p. 68).

Essa análise destina-se ao desocultamento das relações sociais envolvidas na formação do valor, do próprio capital como relação social de dominação e sua reprodução ampliada. Evidencia a forma histórica que o trabalho assume na sociedade capitalista, convertido em dispêndio de energia, tempo socialmente necessário à produção de mercadorias, alienado em relação aos meios e produtos da atividade humana criadora.

Ressalta-se, da conceituação de Iamamoto (2001), que a análise das desigualdades sociais, partindo da forma histórica que assume o trabalho na sociedade burguesa, também incorpora mediações relacionadas ao campo da cultura, da política, do gênero, da raça e de etnia, dos contextos regionais, os quais particularizam a vivência de tais desigualdades no cotidiano dos sujeitos sociais. Outro ponto a ser destacado consiste no destaque para as resistências sociais forjadas diante das desigualdades, o que também é uma marca da análise da autora, pois enfatiza que, em termos históricos, a questão social necessita ser apreendida a partir da emergência e do ingresso da classe operária no cenário político, exigindo seu reconhecimento pelo bloco do poder.

Portanto, nesse processo, as lutas sociais romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos (IAMAMOTO, 2001). Assim, a autora analisa que os efeitos do processo de acumulação capitalista sobre o conjunto da classe trabalhadora encontram-se na raiz da constituição de políticas sociais públicas, condensados numa ampla arena de disputa de hegemonia e de projetos societários das classes sociais.

A abordagem de Netto (2001) também se articula com a conceituação anterior, em especial no que tange à natureza da questão social e seu tratamento explicativo a partir da economia política.

A análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” (...) revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante (NETTO, 2001, p. 45).

A ênfase para a lei geral de acumulação também é articulada, na análise de Netto (2001), com o fenômeno do pauperismo, como elemento que dá concretude à gênese da questão social no contexto histórico do primeiro terço do século XIX. Trata-se, portanto, da pobreza já não engendrada pela escassez e pelos constrangimentos do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim aquela que se exponencia na razão direta do aumento da capacidade de produção de riquezas, dada a contradição entre forças produtivas e relações de produção. Essa dinâmica é sintetizada por Marx da seguinte forma:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. Mas quanto maior este exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista (MARX, 1989, p. 203).

Esta específica dinâmica de acumulação assenta-se, portanto, na tendência de composição⁶ crescente de valor do capital (MARX, 2013), na qual as transformações tecnológicas e organizacionais que incidem na produtividade do trabalho ocupam posição central, ampliando os setores supérfluos, ou seja, a camada da população trabalhadora relativamente excedente às necessidades de valorização do capital. Trata-se, pois, da lei de população peculiar desse modo de produção, pois “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (MARX, 2013, p. 706-707), conformando amplos segmentos de trabalhadores que compõem a superpopulação relativa⁷ ou exército industrial de reserva, cuja expansão ou retração, juntamente com o movimento da acumulação e das taxas de lucro, tem importante função na regulação dos movimentos gerais do salário⁸.

Cabe ressaltar a atualidade dessas leis como fundamentos na análise da questão social, tendo em vista que a essencialidade delas encontra-se contida nos processos contemporâneos como tendências universais que precisam ser enriquecidas pelas particularidades de cada formação sócio-histórica. O que Marx demonstra, desocultando tais leis, é que “um mundo construído segundo as linhas de um puro *laissez-faire* produziria, de um lado uma acumulação crescente de riqueza e, por outro, uma enorme acumulação de miséria” (HARVEY, 2013, p. 273). A virada neoliberal desde o ano 1970 traz com toda força a vitalidade dessas leis, que se expressam atualmente na queda dos salários, na criação do desemprego por meio da tecnologia, no ataque à organização dos trabalhadores, na administração da oferta de trabalho manejando a superpopulação relativa para o acirramento da competitividade e da intensificação dos ritmos de trabalho, na redução das políticas de bem-estar social (HARVEY, 2013).

Em linha convergente com as abordagens anteriores, Yazbek (2001, p. 33) ressalta que o trato da questão social, “como elemento central da relação entre profissão e realidade”, implica colocar em questão

a divisão da sociedade em classes sociais, raiz da apropriação desigual da riqueza socialmente construída, tendo como horizonte a luta pela apropriação dessa riqueza. O enfoque para as expressões decorrentes da questão social, a dimensão político-cultural das desigualdades sociais na ótica da subalternidade, também marcam sua conceituação.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressão das relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seus modos de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera desigualdade e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas e de seus interlocutores na vida social (YAZBEK, 2001, p. 34).

O destaque para as expressões da questão social é articulado, na análise da autora, com o tratamento do campo estatal, em especial no que tange à destituição do sistema de proteção social e seus impactos na esfera dos direitos, o que será retomado posteriormente. A pobreza é compreendida na sua multidimensionalidade e na sua direta relação com a centralidade do trabalho, ou seja, como “uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista” (YAZBEK, 2001, p. 35). A sua ênfase para a categoria da exclusão a apreende como uma dada forma de inserção na vida social, de pertencimento, ou seja, “uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente produzida” (Ibidem, p. 34), realidade que se faz presente como uma constante no cotidiano de grandes segmentos populacionais, se articulando à vivência da subalternidade, que “diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração” (Ibidem, p. 34).

A articulação dos três aspectos referidos revela a perspectiva de integração entre a dimensão material e a espiritual na análise da questão social, a visibilidade das diferentes dimensões nela implicadas e seus impactos na experiência social dos sujeitos, demarcando, assim, uma fina sintonia com a ótica da reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2001), angulação teórica que é central na abordagem do significado sócio-histórico da profissão e da sua inscrição na divisão sociotécnica do trabalho.

Nessa linha, é necessário apreender a esfera da produção do capital e da sua reprodução como dimensões articuladas, entendendo que todo o processo social de produção é ao mesmo tempo processo de reprodução (IAMAMOTO, 2008). Além disso, as relações de produção englobam, repõem e reproduzem o conjunto das relações sociais, “um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado” (MARX; ENGELS, 1998, p. 11), que inclui a cultura, os valores, as práticas sociais, jurídicas, entre outras. Em outros termos,

(...) o processo de produção capitalista é uma forma historicamente determinada do processo social de produção em geral. Este último é tanto um processo de produção das condições materiais de existência humana, quanto processo que, ocorrendo em relações histórico-econômicas de produção específica, produz e reproduz estas mesmas relações de produção, e, com isto, os portadores deste processo, suas condições materiais de existência e suas relações recíprocas, isto é, sua forma econômica determinada. Pois a totalidade dessas relações, em que os portadores dessa produção se encontram com a Natureza e entre si, em que eles produzem, essa totalidade é exatamente a sociedade. (...). O processo de produção capitalista transcorre sob determinadas condições materiais, que, no

entanto, são, ao mesmo tempo, portadores de relações sociais determinadas na quais os indivíduos entram no processo de reprodução de sua vida (MARX, 1985, p. 272).

Não é demais destacar que esta noção não se restringe à reprodução material – à produção, ao consumo, distribuição e troca de mercadorias – ou mesmo à reprodução física da força de trabalho, mas, sobretudo, abarca a globalidade do processo social enquanto totalidade concreta em movimento, incluindo a (re)produção espiritual, as formas de consciência e sociabilidade, a recriação de contradições e lutas sociais, a disputa por poder e hegemonia das classes sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Na sequência da análise do debate conceitual da questão social, um posicionamento teórico particular e divergente⁹ pode ser identificado na análise de Pereira (2001). A autora enfatiza o processo de politização e das lutas sociais em torno das desigualdades como elemento central da questão social, considerando que

(...) por falta de forças sociais com efetivo poder de pressão para fazer incorporar na agenda pública problemas sociais ingentes, com vistas ao seu decisivo enfrentamento, temos pela frente não propriamente uma “questão social” explícita, mas uma incômoda e complicada “questão social” latente, cuja explicitação acaba por tornar-se o principal desafio das forças sociais progressistas. (...) Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção – que geram desigualdades, pobreza, desemprego e necessidade sociais – mas de embate político, determinado por estas contradições (PEREIRA, 2001, p. 52-54).

Embora seja fundamental apreender os embates políticos que derivam da contradição essencial da sociedade capitalista como *um* aspecto analítico da questão social, discorda-se que o mesmo seja o elemento determinante ou pressuposto¹⁰ central da natureza da questão social. Também é preciso considerar que a contradição entre capital e trabalho engendra não somente desigualdades, mas também resistências sociais, condensadas na luta de classes, na emersão do operariado como classe na arena política, luta que comporta processualidades, avanços e recuos no que se refere ao grau de publicização das necessidades sociais e da intermediação das mesmas pelo Estado na garantia de direitos. Além disso, desigualdades sociais, em suas diversas expressões, constituem uma realidade objetiva, apesar do grau de embate político em torno destas e da representação ideal que os sujeitos possuem das mesmas. Nesta linha, destaca Iamamoto (2008), da conceituação em tela, a dificuldade de delimitação do grau de embate político necessário para a passagem de uma questão latente a uma questão explícita, que tenderia a situar-se numa posição pré-revolucionária iminente, o que pode acabar por subestimar os conflitos e as lutas existentes em torno da questão social na cena pública, seja no plano estatal como nos movimentos da sociedade.

A questão social no âmbito da formação e do trabalho profissional

Na sequência da análise, situa-se a discussão da relação entre questão social e Serviço Social, que se desdobra na sua abordagem no plano da formação profissional, tendo como o horizonte as diretrizes curriculares da ABEPSS, bem como na problematização da mesma no plano do trabalho profissional.

No plano da formação profissional, Tavares (2007a) discute a abordagem da questão social, nos currículos e disciplinas das unidades de formação participantes, de pesquisa realizada pela ABEPSS sobre a implementação das diretrizes curriculares. Conclui a autora que – apesar destas unidades referirem que adotam a concepção de questão social presente nas diretrizes, como resultante da contradição entre capital e trabalho – seu trato nos currículos se dá majoritariamente em disciplinas com as mais distintas

denominações, as quais nem sempre a privilegiam como conteúdo central e tratam esta contradição de forma abrangente. Nesse horizonte, enfatiza que:

Declarar a questão social como resultante da contradição entre capital-trabalho é uma unanimidade discursiva que a realidade não comprova. Não por acaso alguns discentes afirmam que a questão social, de fato, atravessa o currículo, mas falta clareza no que se refere à compreensão teórica do processo que a origina e dos nexos com a prática do assistente social (TAVARES, 2007a, p. 113-114).

Nesse quadro, o desafio é consolidar uma efetiva abordagem transversal da questão social nos currículos, que, para tal, necessita estar ancorada minimamente em disciplinas que adensem os aspectos centrais da compreensão da gênese da questão social no bojo do processo de produção capitalista, perspectiva que se encontra presente nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), em diferentes matérias, tal como a de “Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais”. Há de se considerar a necessidade de um maior debate sobre como esta transversalidade pode ser adensada, o que passa pelo esforço dos docentes das unidades formadoras em analisar a totalidade do currículo adotado, delimitando disciplinas em que esta transversalidade será trabalhada, através do aprofundamento de mediações da questão social com diferentes conteúdos, se valendo da base de conhecimentos já trabalhados em disciplinas que tratam de sua gênese e natureza. Nessa linha, são mediações fundamentais a serem trabalhadas: a particularidade da mesma na realidade brasileira, sua interface com a historicidade da profissão e o significado social do trabalho profissional, sua centralidade nos processos de planejamento e de pesquisa, sua análise como eixo fundamental sobre o qual se desdobram os direitos e as políticas sociais.

A transversalidade da abordagem da questão social articulada com a oferta de disciplinas que tratam de sua gênese de forma totalizante vai ao encontro do proposto nas diretrizes curriculares, que a define como elemento eixo central e ordenador do currículo (ABEPSS, 1996). Ou seja, como também afirmam estas diretrizes, trata-se da apreensão da inserção da profissão no processo de expansão do capitalismo monopolista frente às expressões da questão social, como elemento que dá concretude ao Serviço Social e demanda-o como especialização do trabalho coletivo, privilegiando os vínculos entre o trabalho do assistente social e nas novas configurações da questão social, dos impactos das mudanças societárias na reprodução das relações sociais. Dessa forma, seu trato na formação é indissociável da categoria trabalho, da base teórico-metodológica fundada no pensamento marxiano e marxista na análise da realidade.

Da análise do documento em tela, também se destacam algumas indicações para a qualificação da abordagem da questão social na formação profissional:

- Leitura obrigatória da obra de Marx, especialmente das categorias econômicas, sem as quais não se pode compreender o vigésimo terceiro capítulo de O capital que, segundo Netto, “revela a anatomia da ‘questão social’, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios” (2001, p. 45), elucidando, portanto, o processo de trabalho e as formas históricas por ele assumidas no capitalismo.
- Disciplina obrigatória que trate especificamente da produção capitalista e da questão social em todas as unidades de ensino.
- Disciplinas eletivas que estimulem a curiosidade histórica visando propiciar, dentre outros aspectos, que se extraiam da realidade as mediações que explicam a relação do Serviço Social com o desenvolvimento capitalista (TAVARES, 2007a, p. 115-116).

Reitera-se a importância dessas indicações, pois é fundamental adensar a abordagem direta da obra de Marx e não somente de seus comentadores. Além disso, tal abordagem não pode se restringir às categorias econômicas, embora fundamentais para a compreensão da questão social, mas também

privilegiar sua análise ontológica e dialética, a unidade dos elementos que são constitutivos da teoria social marxiana, sob pena de reforçar errôneas compreensões “economicistas”. Também é fundamental a adoção de disciplinas que abordem a questão social e a produção capitalista, mas avalia-se que a mobilização de uma atitude investigativa dos nexos entre Serviço Social e desenvolvimento capitalista não pode ficar restrita às disciplinas eletivas e sim trabalhada na transversalidade já aludida.

Na sequência, a abordagem da questão social em articulação com o exercício profissional situa-se em torno de duas questões centrais. A primeira delas consiste na compreensão da questão social como base fundante do exercício profissional, diretamente relacionada com o significado social do trabalho do assistente social e, a segunda, volta-se para o debate do processo de análise, apreensão e formulação de respostas à questão social, entendendo esta como matéria profissional.

No que se refere à primeira questão, na linha analítica afirmada pelas diretrizes curriculares e pela produção de Iamamoto (2001, 2008), trata-se de compreender o significado social do trabalho do assistente social em sua direta conexão com a questão social, cuja intervenção se inscreve no âmbito na (re) produção das relações sociais. Ademais, trata-se da perspectiva de que as transformações históricas na questão social implicam novas determinações para o significado social deste trabalho, para o mercado de trabalho e para as demandas profissionais, como sintetiza Iamamoto (2001):

Não se pode pensar a profissão, pois, com idênticas mediações históricas típicas dos “30 anos gloriosos” (...) porque alteraram-se as condições e relações que presidem a organização desse trabalho na sociedade atual como o já amplamente analisado. Faz-se pois necessário pensar o exercício profissional e suas implicações na órbita das condições e relações de trabalho, salientando tanto suas características enquanto trabalho concreto, quanto seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social, pensando em suas implicações enquanto trabalho abstrato. Este é um dos desafios importantes, que requerem dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à pesquisa das estratégias acionadas para fazer frente à questão social (...), a investigação sobre as necessidades sociais das classes subalternas e as novas feições do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2001, p. 29).

Nesse horizonte, é preciso considerar que as atuais mediações sócio-históricas¹¹ que incidem na reprodução da questão social, bem como o redimensionamento das respostas sociopolíticas às suas expressões, imprimem novos contornos para o exercício profissional. Isto exige a apreensão do mesmo no quadro da inserção de processos de trabalho atravessados por condições e relações aviltadas pelas tendências de precarização e privatização dos serviços sociais públicos ou efetivados pela mediação do fundo público. Cabe destacar que tal aviltamento tem sua raiz nas mudanças operadas na esfera da produção, no decisivo papel do Estado frente a manutenção das taxas de lucro no atual estágio de acumulação, nas investidas do capital financeiro sobre o fundo público.

Sendo assim, a disputa de projetos sociais frente à questão social impõe e confronta requisições distintas e antagônicas no cotidiano do exercício profissional. Para Iamamoto (2001, p. 23), a consolidação do projeto de caráter universalista e democrático no enfrentamento às expressões da questão social, expresso na Constituição de 1988, aponta para o desafio profissional de “reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais”, o que em sua ótica também traz provocações para a formação profissional, a fim de realizar uma releitura crítica da tradição da profissão nesta área e adequá-la aos desafios presentes.

Já no que se refere ao projeto de orientação neoliberal no trato da questão social, a autora (2001) aponta os impactos da crescente mercantilização do atendimento às necessidades sociais no próprio significado social do trabalho do assistente social, visto que a compra e venda de serviços no campo da educação, saúde, etc., pertencem ao domínio do mercado, enquanto mediação necessária para a

realização de valor e eventualmente mais valia, no quadro da industrialização de serviços. No âmbito deste projeto, destacam-se as implicações da focalização das políticas sociais no exercício profissional, traduzidas em exigências de seletividade cada vez mais excludentes, na redução do alcance e efetividade das ações profissionais.

A seguir, sobre o processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social, Yazbek (2001, p. 38) situa o desafio de tecer, no “tempo miúdo do cotidiano” ações que tenham como horizonte a construção de uma sociabilidade não capitalista, acreditando na possibilidade de “refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos”. Portanto:

Difícil é a passagem de nossa compreensão teórico-metodológica, totalizante e ontológica da vida social, das relações sociais, da questão social, para a compreensão desse homem com que nos deparamos na vida de todo dia nas mais diversas situações. Sabemos que as sequelas da questão social permeiam a vida das classes subalternas destituídas de poder, trabalho e informação. Sabemos também que em nossa prática cotidiana a relação com o real é uma relação com a singularidade expressa nas diferentes situações com que trabalhamos. E, aí se colocam nossos limites e nossas possibilidades. (...) entendo que a reprodução da questão social é reprodução ampliada de contradições sociais, que não há rupturas no cotidiano sem resistência, sem enfrentamentos e que se a intervenção profissional circunscreve um terreno de disputa, é aí que está o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania (YAZBEK, 2001, p. 39).

Diante desse desafio, cabe ressaltar a centralidade do método dialético-crítico na análise e na intervenção profissional, como recurso fundamental e heurístico capaz de articular o trânsito entre as diversas situações singulares postas no cotidiano profissional e na totalidade social, forjando as necessárias mediações para um trabalho crítico e propositivo, comprometido com processos reflexivos e emancipatórios. Sem este recurso, que aponta para a importância de uma sólida formação teórico-metodológica voltada para a apreensão dialética e contraditória da questão social, debilitam-se as próprias respostas profissionais, a projeção de ações que transcendam a mera imediaticidade das demandas institucionais.

Na esteira deste debate teórico-metodológico, situa-se a importância de superar uma dupla armadilha frequente na análise da questão social, como aponta Yamamoto (2001). Trata-se do risco de desconectar as múltiplas expressões da mesma de sua gênese comum e coletiva, situada na organização da sociedade capitalista, fragmentando-a em diversas questões sociais que retomam a ótica de problemas sociais e a responsabilização individual dos sujeitos. A par desta armadilha, sinaliza a autora, situam-se as análises genéricas e estruturais da questão social, que não apreendem a dinamicidade e as particularidades de como a mesma se expressa na vida dos sujeitos.

Superando esta armadilha, que também revela dificuldades de uma apreensão dialética da questão social, é possível vislumbrar, como salienta Santos (2012, p. 446), as contribuições que o trabalho dos assistentes sociais podem aportar para “desentranhar as mediações necessárias ao processo contínuo de particularização da ‘questão social’ no Brasil”, sendo necessário que, no plano do exercício profissional – dado o caráter setorial do mercado de trabalho e o atendimento fragmentado das expressões da questão social – o trabalho e suas modalidades de exploração, aspecto fundante da questão social, não seja obscurecido. Assim, trata-se da necessidade de “articular a compreensão de como se plasmam as diferentes formas do trabalho e do não trabalho no Brasil contemporâneo, já que essa mediação é, sem dúvida, determinante na vivência das demais expressões da ‘questão social’” (SANTOS, 2012, p. 446).

As exigências e os desafios analíticos na compreensão da questão social, a necessidade de adensar uma compreensão totalizante da mesma no exercício profissional são também ressaltadas por Ferreira

(2010), que em sua pesquisa identifica dificuldades dos assistentes sociais no processo de apreensão e formulação de respostas às expressões da questão social.

(...) as assistentes sociais pesquisadas fazem uso da dimensão teórico-metodológica de modo frágil e inconsistente, há heterogeneidade de concepções acerca da questão social, possuem dificuldade de compreendê-la a partir de sua gênese comum (conflito capital-trabalho) e de sua dimensão contraditória (desigualdade-resistência). As entrevistadas têm um entendimento reducionista economicista da questão social, já que esta é reduzida à pobreza, o que impossibilita a apreensão do objeto profissional em sua totalidade. As profissionais recorrem às técnicas de intervenção de modo fragmentado da teoria e se apropriam do objeto institucional como se ele fosse o próprio objeto profissional. Além disso, reduzem o instrumental de trabalho aos instrumentos utilizados em suas intervenções (FERREIRA, 2010, p. 216).

Das conclusões deste estudo, também se ressalta a importância de uma sólida formação teórico-metodológica dialética na compreensão da questão social, já referida anteriormente, como um ponto central a ser adensado nos debates em torno da formação profissional. Nessa direção, é interessante destacar que os dados desta pesquisa também revelam ser predominante entre os assistentes sociais o entendimento da questão social como um fenômeno demasiado amplo para ser articulado no exercício profissional cotidiano. Esta compreensão encontra respaldo na produção de Faleiros (2001), para quem a questão social, entendida como as contradições decorrentes do processo de acumulação capitalista, é demasiada ampla e genérica para ser situada como objeto particular de uma profissão, donde sua tese de que a particularidade profissional situa-se num contexto de relações de forças, na qual a busca pelo fortalecimento dos sujeitos (*empowerment*) é a ênfase da intervenção. Não é demais destacar que se trata de concepção divergente das diretrizes da ABEPSS e com grande difusão no meio profissional, que conjuga não somente referenciais marxistas na sua formulação.

Além disso, pode-se inferir que o reducionismo economicista da questão social revela uma compreensão equivocada do processo de acumulação de capitalista e de suas múltiplas expressões na vida social, trazendo à tona que o debate sobre o processo de reprodução das relações sociais, como uma noção central para o exercício profissional, também necessita de adensamento. Tal reducionismo também reforça a apreensão da questão social somente em suas expressões de desigualdade, obscurecendo as mediações a serem construídas no trabalho cotidiano para o fortalecimento das resistências sociais latentes na vida social.

Na sequência, merece destaque o processo de redução da apreensão do objeto profissional ao objeto ou escopo de atuação das instituições empregadoras. Cabe, para este debate, considerar as formulações de Baptista (2003), para quem o objeto do planejamento profissional envolve um processo de ressignificação da realidade, de seu desvendamento através de sucessivas aproximações, não restrito ao horizonte das demandas institucionais, mas abarcando as requisições da população usuária e as prioridades profissionais formuladas neste processo.

Desse modo, as diversas expressões da questão social, veladas ou explícitas nas demandas imediatas dirigidas ao assistente social, constituem o objeto “bruto” que necessita ser analisado, reelaborado no contexto dos processos de trabalho, e através deste processo de mediações, ressignificadas e transformadas, já pela incidência do trabalho, em matéria-prima profissional ou em matéria de Serviço Social. Assim, trata-se de recuperar a própria concepção marxiana sobre a diferença entre o objeto e a matéria no contexto dos processos de trabalho: “toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2013, p. 256).

Por fim, das conclusões do estudo de Ferreira (2010), pode-se ressaltar que a fragilidade da apreensão e ressignificação do objeto profissional traz impactos diretos na dimensão técnico-operativa das

competências profissionais, limitando-a ao manejo de instrumentos dissociados da clareza de finalidade mediata, condensando ações movidas pelo pragmatismo ou por um “possibilismo” prático imediato frente às demandas institucionais.

Considerações finais

A produção analisada sobre a questão social e o Serviço Social expressa a fecunda interlocução da área com a teoria marxiana e marxista. Esta interlocução permite situá-la como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa, a partir do aporte da teoria do valor trabalho, da lei geral de acumulação, da (re)produção das relações sociais, do debate da subalternidade, conformando uma abordagem totalizante que não segmenta estrutura e sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e suas refrações na vida dos sujeitos.

A questão social, em sua mediação com a profissão, se desdobra na própria elucidação do significado social do trabalho do assistente social – posto que matéria profissional e base de fundação sócio-histórica do Serviço Social –, da sua inscrição no âmbito da (re)produção das relações sociais, da leitura crítica das requisições sócio-históricas dirigidas à profissão na divisão sociotécnica do trabalho, inclusive como base explicativa e analítica do desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo. Não é demais destacar quão significativa se faz essa centralidade da questão social nos Fundamentos do Serviço Social, pois ela fornece os elos que conectam radicalmente a profissão com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado, como um conduto essencial para a superação da cultura conservadora na categoria.

A análise das produções que articulam a questão social no exercício e na formação profissional sinaliza lacunas e dificuldades da apropriação do rico potencial teórico-analítico acumulado na área pelos assistentes sociais, o que demarca uma questão central e contemporânea a ser aprofundada na pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social, tendo em vista inclusive o pequeno universo de documentos obtidos na investigação que privilegiam o debate daquela articulação. Assim, apesar das diretrizes curriculares da ABEPSS afirmarem a questão social como elemento central, ordenador do currículo e transversal a ele, verifica-se a importância de adensar estratégias pedagógicas que superem sua abordagem difusa e pulverizada em diferentes disciplinas, sem um aprofundamento teórico-crítico dos seus fundamentos. Isso exige o seu trato teórico-metodológico ancorado na obra marxiana e marxista em conexão com a categoria trabalho, delimitando disciplinas que enfoquem seus fundamentos, respaldando seu trato transversal no currículo, ao mesmo tempo em que sejam garantidas mediações com diferentes conteúdos, especialmente frente à formação histórica brasileira, à historicidade da profissão e ao trabalho do assistente social.

Soma-se a esses desafios na formação, a necessidade de uma maior atenção para o debate do processo de apreensão e formulação de respostas à questão social no plano do exercício profissional. Nesse campo, verifica-se a persistência de dicotomias no seu trato, seja nas análises estruturais ou fragmentadas das expressões da questão social, nas compreensões economicistas da mesma e ainda naquelas que não superam a imediatividade das demandas institucionais. Aprofundar e dar visibilidade à competência teórico-metodológica totalizante na abordagem da questão social, que realize o trânsito entre as dimensões universais e singulares das suas expressões, a partir das situações vividas pela população e das demandas institucionais, é uma exigência teórico-prática da materialidade dos Fundamentos do Serviço Social. Identifica-se que os eixos centrais dessa competência teórico-metodológica residem na centralidade do método dialético-crítico na análise da realidade, na fecunda noção de (re)produção das relações sociais no pensamento marxiano, bem como no próprio processo de planejamento que opera uma ressignificação das expressões da questão social, tal como elas emergem imediatamente no cotidiano de trabalho, convertendo-as em matéria profissional para a formulação de respostas críticas, propositivas, inovadoras diante das mesmas.

Referências

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. 1996a. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em: 22/02/2014.
- BAPTISTA, M. V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2003.
- CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social**: um estudo a partir da produção da área. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.
- FALEIROS, V. de P. **Estratégias em serviço social**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRA, J. W. Questão Social e Intervenção Profissional dos Assistentes Sociais. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9 n. 2, 2010. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/7388>. Acesso em: 15/03/2013.
- HARVEY, D. **Para entender o capital**. São Paulo: Boitempo, 2013a.
- HEIDRICH, Andréa Valente. **Transformações no estado capitalista**: refletindo e refratando transformações na questão social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 5, 2002.
- IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.
- _____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **O capital**. Livro I. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, v. 1.
- _____. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, III tomos, 1985. V. 5.
- _____. **Glosas críticas marginais ao artigo "o rei da Prússia e a reforma social"**. 2015. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>. Acesso em: 15/03/2013.
- _____; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.
- _____. A Questão Social na América Latina. *Temporalis*, Brasília, n.18, 2010.
- PEREIRA, P.A. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.
- _____. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, n.7, 2003.
- ROTTA, E. Trabalho e desenvolvimento na construção do social. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 4, 2005.
- SANTOS, J.S. Particularidades da “questão social no Brasil”: mediações para seu debate na “era” Lula. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300003. Acesso em: 15/03/2013.
- TAVARES, M.A.S. O debate contemporâneo em torno da questão social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, 2007a.
- _____. Questão social e Serviço Social em debate. *Temporalis*, Brasília, n.14, 2007b.
- YAZBEK, M.C. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

¹ Em pauta (UERJ), Katálisis (UFSC), Libertas (UFFJ), O social em questão (PUC-RIO), Praia Vermelha (UFRJ), Serviço Social e Realidade (UNESP-Franca), Serviço Social em Revista (UEL), Textos e Contextos (PUCRS), Teoria Política e Social (UFPB), *Temporalis* (ABEPSS), Serviço Social e Sociedade (Editora Cortez).

² Os descritores que nortearam a revisão dos títulos, resumos ou palavras-chaves dos artigos foram “Fundamentos do Serviço Social”, “Projeto ético-político do Serviço Social”, bem como os seguintes descritores, combinados com a expressão “Serviço Social e/ou assistente social”: História; Teoria; Método; Dialético-crítico; Marxismo; Materialismo histórico; Questão social; Trabalho.

³ Foi realizado recorte para a análise nas publicações das revistas *Textos e Contextos*, *Temporalis*, *Serviço Social e Sociedade* tendo em vista serem estes os periódicos que aglutinam o maior número de publicações sobre os Fundamentos do Serviço Social (CLOSS, 2015).

⁴ Netto (2001) e Iamamoto (2001) destacam que a expressão “questão social” é cunhada por volta de 1830, sendo tratada historicamente pela ótica das ameaças que a luta de classes e o protagonismo da classe operária impõem à ordem social instituída, especialmente após a Revolução de 1848, quando a questão social passa a ser naturalizada no campo do pensamento conservador laico e confessional.

⁵ Trata-se de “uma relação social determinada entre os homens que assume, para eles a forma fantasmagórica de relação entre coisas. (...) os produtos do trabalho humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens” (MARX, 2013, p. 147-148).

⁶ Do ponto de vista do valor, a composição orgânica do capital “é determinada pela proporção que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global de salário” e, do ponto de vista técnico, “todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados” (Marx, 2013, p. 689).

⁷ A superpopulação relativa é composta por três segmentos (MARX, 2013; HARVEY, 2013): a parcela flutuante, ou seja, pessoas já proletarizadas, trabalhadoras em tempo integral que são dispensadas e reabsorvidas futuramente numa conjuntura de melhora das condições de acumulação, o que, em termos atuais, equivale ao conjunto de desempregados como o são quantificados nas estatísticas de desemprego; a parcela latente, que consiste nas populações que ainda não foram proletarizadas, o que atualmente abarca uma categoria bastante diversa, que mobiliza crianças e mulheres para a força de trabalho assalariado – em razão da dissolução de sistemas domésticos, onde as mulheres passam a ser muitas vezes a espinha dorsal do trabalho precário em países em desenvolvimento – pequenos produtores e camponeses que perdem suas propriedades, entre outros, com uma composição geográfica global, disponível em todos os lugares, dadas as práticas imperialista e colonial; e a parcela estagnada, que engloba os setores situados na esfera do pauperismo, o lumpemproletariado, candidatos à engrossar o montante populacional do exército industrial de reserva.

⁸ Como destaca Marx, “o sobretrabalho de parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (MARX, 2013, p. 711-712). Desta forma, há significativo impacto sobre os salários: “grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (MARX, 2013, p. 712).

⁹ A divergência em relação a esta conceituação emerge em publicações posteriores da área de Serviço Social, tais como de Iamamoto (2008), cujos argumentos também são sistematizados por Tavares (2007a).

¹⁰ Para a autora os pressupostos indispensáveis à explicitação da questão social são: “a relação entre estruturas e sujeitos, traduzida pelo confronto de necessidades (engendradas pela contradição fundamental do sistema capitalista) e atores sociais (estrategicamente situados e com poder de pressão para desnudar e esconjuram publicamente as forças subterrâneas que os oprimem). Para tanto, há que existir uma superestrutura minimamente favorável que impescinda tanto da presença de um Estado com capacidade de regular e garantir direitos, quanto da existência de regras democráticas susceptíveis à luta política. Mas é justamente isso que está sendo desmantelado” (PEREIRA, 2001, p. 53-54).

¹¹ Entre estas mediações, destacam-se, sinteticamente: a lógica financeira que preside o regime de acumulação que, por sua vez, em seus traços flexíveis, traz profundos impactos na esfera da produção e do trabalho; as novas relações entre Estado e sociedade sob lógica neoliberal, adensando as disputas entre a afirmação de políticas sociais públicas e a mercantilização e privatização do atendimento às necessidades sociais, num quadro de especulação financeira do fundo público. Tais mediações se convertem, pois, como elementos centrais para a elucidação dos condicionantes do trabalho do assistente social na atualidade – inclusive da precarização das condições e relações por meio das quais este se realiza – e também das contradições e resistências sociais a serem exploradas e fortalecidas no campo da construção de ações profissionais.